

Cais do Valongo: *epodé-mito* e o lugar do negro na terapia hipocrática do Rio de Janeiro (Brasil, 1811-1831)

Dalton Rodrigues Franco
Universidade Estácio de Sá
Nova Iguaçu - Rio de Janeiro - Brasil
daltonfranco@gmail.com

Resumo: Este trabalho sistematiza elementos da filosofia médica hipocrática que convergem para a política de ordenamento do espaço urbano do Rio de Janeiro no começo do século XIX. O hipocratismo constituiu um modelo de intervenção social que se materializa com a criação do Cais do Valongo. À luz do seu potencial etnológico, sugere-se que o cais pode ser considerado uma obra de arquitetura étnica com desdobramento no tempo e na distribuição espaço-racial do negro no imaginário brasileiro. Trata-se de uma revisão de portas de entrada do escravo, do ponto de vista administrativo, mas também de mais um mito de fundação do espaço do negro, adiantado, na obra racial brasileira, apoiado na terapia hipocrática. O estudo do cais excede a questão histórica e assume traço de relevância para os interessados nos direitos fundamentais da pessoa e de sua distribuição no espaço público.

Palavras-chave: Hipocratismo. “Epodé-mito”. Cais do Valongo. Racialização.

Introdução

A primeira metade do século XIX brasileiro é marcada pela mudança de costumes. A chegada da corte portuguesa ao país define um ritmo de inovações sociais extraordinárias na vida da cidade do Rio de Janeiro. O seu ingresso marcou a difusão de novas disciplinas sociais baseadas em teses médico-filosóficas. Essencialmente empírica, a filosofia médica decanta soluções gregas acrescidas de adaptações cruciais para a vida do escravo e do negro livre. O médico Hipócrates (2002) é um dos representantes articulados no discurso da administração pública do período joanino. As narrativas doutorais, os seus diagnósticos de doença e promoção da saúde, combinaram-se para o desenho do espaço da cidade, no qual o negro livre e o escravo foram alvo de terapias que os purgavam do corpo social. A definição de um cais destinado ao desembarque dos escravos demonstra a monumentalidade da intervenção médica.

Sugere-se que os tratados hipocráticos inspiram algumas narrativas sistêmicas da administração pública arremetidas contra os negros e que o cais vocaliza a gramática racial na formação do Estado. A partir de um expediente idiossincrático, aparentemente óbvio, não fosse a existência de outras formas de interação social disponíveis na própria história grega, como a escola cética, o hipocratismo materializou-se como modelo de intervenção social, como terapia contra um grupo étnico, em torno de cinco pontos: contiguidade, semelhança, natureza, costume e entorno. Esse pentagrama repeliu o indivíduo livre e o escravo a um espaço de convivência segregada na cidade com repercussões dilatadas no tempo. Na chave hipocrática, o negro livre e o escravizado trazem traços homogêneos de um (1) indivíduo remoto, (2) não semelhante, (3) possui uma procedência climática desequilibrada e radicalmente distinta da europeia, (4) a sua natureza o torna, no nascimento, um sujeito bárbaro, (5) sua origem climática o desfavorece com um corpo assimétrico. O Cais do Valongo e o mercado a ele articulado celebrizam esse modelo de compreensão do indivíduo como obra física e ideológica, eles conferem materialidade a uma arquitetura étnica e, sem preocupações com a produção de coerência, habilita a política médica de interdição do corpo estranho no subúrbio da cidade.

Este trabalho possui três objetivos: sugerir os contornos e a contribuição da filosofia médica da escola hipocrática para a disciplina urbana imposta aos negros; reconstruir e discutir as motivações e os desejos políticos contidos na obra de deslocamento do local de desembarque escravo para o Cais do Valongo; à luz da teoria hipocrática, fornecer uma interpretação para a retirada e o deslocamento dos negros da área central da vida pública, sugerindo o Cais do Valongo como um marcador arquitetônico material e imaterial da política racial do Estado brasileiro.

O século XIX introduz a medicina como técnica de gestão do indivíduo e de populações associada à formação da administração pública brasileira. Os seus resultados mais famosos, na história política recente, remontam à virada do século XIX ao XX, e marcaram grandes intervenções públicas. No primeiro quarto de século, o diagnóstico e o combate da doença e as estratégias de promoção da saúde ganham o discurso político da instalação do Império e começamos a mencionar a expressão *saúde pública* (COSTA, 1983). A chegada da corte ao Brasil intensifica essa compreensão e colabora com a promoção de meios de combate à mortalidade experimentada pela cidade do Rio. São famosos os opúsculos encomendados por D. João VI para ouvir da sabedoria médica as possíveis saídas para eliminar a doença e promover a saúde (VIEIRA DA SILVA, 2008).

Os primeiros cinquenta anos da corte são caracterizados por grande efervescência social, cultural, econômica e política.

A presença da medicina como técnica já está dissociada do aspecto religioso, mas está associada ao pensamento filosófico dos textos de autores antigos, nos quais os seus médicos foram formados. É difícil divisar filosofia e medicina, tendo em vista, obviamente, que não havia o recurso da biomedicina, da microbiologia e de ferramentas de identificação de agentes nocivos ao corpo. O *maculo*, espécie de úlcera que acometia a escravos, era associado à saudade da terra natal e à melancolia. Aplicações etiológicas como esta estão fundamentadas no pensamento antigo. Aparentemente isento de vínculos com o processo de escravidão que funda o país, o raciocínio médico empregado pela elite da colônia e do Império abrigou premissas da medicina grega para estabelecer a topografia política que perdura, negativamente, sobre a população negra. Apesar dessa compreensão, os autores e obras ainda atendem por *medicina da época*, em lugar de definir os seus representantes. Um dos melhores trabalhos sobre este período, o de Jurandir Costa (1983), rica compilação das teses médicas vigentes, não menciona os textos clássicos que embasavam as jovens escolas do Rio e de Salvador. Pela ótica da história do pensamento político racial brasileiro, há uma fina carestia de registro da passagem de Hipócrates por essas escolas, ao menos, pela administração pública e de como o seu pensamento se consorcia com a política racial brasileira. O espaço do escravo paulatinamente se confundiu com o espaço do negro no período com o auxílio de um modelo hipocrático sem memória definida, sem contorno estudado e interpretado.

A medicina Hipocrática

Hipócrates viveu entre os séculos V e IV a.C. e reúne em torno de si textos que discrepam em estilo e em conteúdo. Apesar dessa discordância interna, a filosofia médica hipocrática possui unidade a partir de um sistema rígido de realização de diagnósticos dos fenômenos climatológicos, da doença, da cura e da saúde. Neste caso, a aparência leva até a essência, indiscutivelmente. Sintomas *visíveis* (aparente) dirão o que está *invisível* (inaparente) da sintomática revelada ao observador. Os textos não são sempre divisíveis dos sistemas filosóficos, mas prescindem de explicações mágicas para males humanos. Segundo ele:

Será preciso também [...] **transportar a filosofia para a medicina e a medicina para a filosofia. O médico filósofo é igual aos deuses. Não há nenhuma diferença entre a filosofia e a medicina;** tudo o que a primeira tem, na segunda se encontra... (HIPÓCRATES, 2002, p. 43, *grifos nossos*).

Uma parcela relevante da medicina hipocrática está presente no Brasil. Sua força e obra estão demonstradas pela aceleração da reforma urbana da sede da colônia, o Rio de Janeiro, por ocasião de sua conversão em sede do Império (COSTA, 1983, p. 27). Em lugar da dúvida, a certeza, em lugar da *epoché*, a *epodé*, palavra que reforça e instala crenças sobre a natureza da doença e da cura (FRIAS, 2001). Sistema médico-filosófico vencedor, um dos seus textos, *O Juramento*, é lido hoje por jovens médicos (CAIRUS, 2005). A medicina hipocrática, além de endêmica, altera substancialmente nossa cultura material e a administração pública do século XIX no Brasil (ANDRADE LIMA, 1995, p. 31; LUZ, 1982).¹ Naquele momento, as promessas de mais vida e felicidade, aparentes pelo *projeto higienista*, soaram como elixires para a população de hábitos *primevos* (COSTA, 1983). Diante da chegada da corte ao Brasil, em 1808, a colônia foi sacudida pela introdução de hábitos *civilizados* (LESSA, 2001).

Com médicos formados na Europa, como em Coimbra, ou nas jovens escolas brasileiras, do Rio e de Salvador, o modelo hipocrático estabeleceu um sistema de compreensão do indivíduo, da doença, da terapia e da saúde no ideário brasileiro. Estabelece também tecnicamente a natureza dos seus moradores, suas divisões, sua distribuição no espaço e o seu potencial de saúde e de propagação de doenças. Impõe, acima de tudo, a redistribuição do poder, do espaço físico e o local do negro *na doença* e na *porta de serviços*. Em vez de uma atividade cognitiva que lembrasse a falibilidade humana, a coexistência e a transigência com a diferença, como em Montaigne (1533-1592) e em Sexto Empírico (Séc. II e III a.C.), autores devidamente lidos no período em questão, na etnografia de Hipócrates *há* indivíduos melhores, povos superiores, mais aptos, sadios, inteligentes, laboriosos e talhados para comandar. Sua digressão etnológica define também os antagonistas. Com relação a estes, notadamente os negros, no imaginário da colônia e na sede do Império, a obra do Cais do Valongo aponta a sua natureza pretensamente doentia e o seu lugar lateral no imaginário da certeza política, um expediente que trato como *epodé-mito*, inspirado no trabalho de Frias (2001, p. 83).²

¹ Seus textos, na versão Lima, estruturavam *relações sociais*.

² Lê-se na obra: *A epodé-mito*, "além de intensificar as crenças previamente existentes, é capaz de suscitar na alma uma crença nova".

O modelo hipocrático, para esses indivíduos, é um projeto de saúde baseado numa doença que os cétricos chamam de dogma.

Neste artigo trabalharemos com a hipótese central segundo a qual o Cais do Valongo é uma obra política que vocaliza o ideário hipocrático na imaginação racial brasileira. Como hipótese subsidiária, sustenta-se que a obra estabelece um mito de fundação, um atavismo cognitivo, segundo o qual os negros devem ocupar, em qualquer circunstância da vida social brasileira, uma entrada marginal e um lugar periférico no ideário segregacionista da reflexão política brasileira.

Inspirado em alguns dos seus tratados, mas centralmente em “Áres, águas e lugares”, o centro da atividade médica de Hipócrates na administração pública e no disciplinamento do corpo, verificada na primeira metade do século XIX, conforme sugiro, roda em torno de elementos simples com os seguintes pontos: *contiguidade*, *semelhança*, *natureza*, *costumes* e *entorno* (HIPÓCRATES, 2002; 193?; CAIRUS, 2005; RIBEIRO, 1992).

O pensamento dogmático não conhece o que se chama atualmente de alteridade, ele é idiossincrático, o seu etnocentrismo consiste na premissa que antecipa o modelo proposto. Estuda-se uma imagem teórica de interpretação social hipocrática, desferida contra os negros e celebrizada no Cais do Valongo, constituída dos seguintes elementos de observação: (I) *contiguidade*: refere um índice de proximidade, definindo o contíguo como bom e o remoto como o contrário; (II) *semelhança*: refere um indicador fisiológico de indivíduo equilibrado, quando semelhante, e desequilibrado, quando dessemelhante; (III) *natureza* (a *phýseis*): define moralmente o indivíduo segundo o clima e a topografia, sugerindo como decaída toda a atmosfera terrena que difere da ideal; (IV) *costume*: comunica um conjunto de práticas e de crenças classificadas como selvagens, quando remotas, e civilizadas, quando contíguas; (V) *entorno*: no qual a homogeneidade topográfica e climática constituem o indivíduo natural e moralmente superior (HIPÓCRATES, 2002; 193?).

Traços medicalizados do pensamento antigo no Brasil³

A filosofia médica do período clássico é fortemente relacionada à vida política das cidades. No século V a.C., trata-se de uma abordagem secularizante da observação do corpo, desistindo da premissa mágico-religiosa para a verificação da doença que acomete ao indivíduo (CAIRUS, 2005). O médico, neste momento, desiste da explicação e do combate da enfermidade com a invocação de ensalmos e de encantamentos mágicos (CAIRUS, 2005, p. 92). Da mesma forma, concentra-se na verificação etiológica a partir de opções mais terrenas, pois agora, o diagnóstico da doença é realizado sem o auxílio da dimensão divina (CAIRUS, 2005, p. 95). A divisão desses domínios não elimina a conexão da filosofia médica do corpo do indivíduo daquela filosofia do corpo do agregado humano (CAIRUS, 2005, p. 12). Em outras palavras, a medicina terrenal desenvolvida pelos gregos deste período ainda é uma ferramenta de intervenção no corpo do doente e na cidade (CAIRUS, 2005, p. 95). Essa medicina diagnóstica indivíduo e sociedade.

Não raro, as escolas conflitam entre si, e dentro delas mesmas, sobre a natureza da doença, a prescrição de procedimentos curativos e sobre a saúde. Em comum, essas filosofias médicas têm o interesse de promover a felicidade e a boa vida a partir de certo altruísmo. Sexto Empírico, médico da escola empírica, viveu entre os séculos II e III a.C., dividiu os sistemas filosóficos em dogmáticos e não dogmáticos (POPKIN, 2007). Representante deste último, o médico promoveu a escola cética que sugeria a vida tranquila, adquirida a partir da purgação das disputas dogmáticas entre escolas que procuravam dizer o que as coisas são por natureza (SEXTO EMPIRICO, 1933).

Essa escola chega ao país por muitas vias, mas no fim do Século XIX, Machado de Assis (MAIA NETO, 2007), um leitor do cético renascentista Michel de Montaigne (1533-1592), vendido à farta no Rio de Janeiro (Dário do Rio de Janeiro, 1833) repercute os limites da filosofia médica *vencedora* aplicada contra a *população negra* do Rio de Janeiro.⁴ O escritor recebe a terapia disciplinadora e reage com ceticismo contra o seu centro de cognição: o sistema etiológico *aparência-essência* e a sua consubstanciação

³ Uso a expressão *medicalizado* e variações dela para definir o emprego metafórico de elementos da medicina para a interpretação da vida política, para a identificação de subjetivações médicas na racialização das relações sociais do período analisado.

⁴ Baseado em Karasch (2000) e Algranti (1988), dispensarei o expediente corrente entre os pesquisadores deste período, que grafam variações de “negros e escravos” ou “escravos e libertos”, por entender que a palavra “negro”, além de conferir precisão ao escravo e à parcela de homens negros livres (manumissados) do período, confere coerência com o centro deste trabalho: a estética hipocrática, a segregação médica, além de vigor no século XIX, ainda grassa no país.

num *projeto civilizador*, de superiores contra inferiores que, no caso dos negros, manifestava e manifesta-se, para os fins gerais deste trabalho, pela natureza de sua *distribuição espacial*, pela sua *lateralidade* no espaço público e privado, no *mobiliário arquitetônico*, definidos pelo imaginário brasileiro. Machado não estava de acordo com a filosofia política vigente e menos de acordo com a relação estabelecida entre a ciência médica praticada contra os negros na capital (MURICY, 1988). É famoso o *piparote* dado por ele na ciência médica, em um dos seus representantes formado na Europa, Simão Bacamarte, o protagonista de “O Alienista” (MACHADO DE ASSIS, 1972). Diante da arrogância das verdades científicas e dietéticas do médico segregador de loucos, Bacamarte, e da cultura e do costume itaguaienses, consubstanciados em Evarista, a esposa infertilizável pela terapia gestacional científica, Machado, no conto, decreta o fim do projeto médico-civilizador. Purga com ceticismo o dogma do corpo de Evarista e da cidade de Itaguaí, decreta o fim da dinastia científica instalada contra a tranquilidade. De qualquer forma, a despeito da aderência machadiana ao sistema não-dogmático de Sexto Empírico, o projeto político vencedor na primeira metade do século XIX tem autoria e obra: Hipócrates e a sistematização teórica da segregação social, como depreendido pelo Cais do Valongo (FAORO, 2012; ANDRADE LIMA, 2013).

Na segunda metade do XIX, nossa inteligência eugênica estará mais desenvolvida e com mais qualidade técnica que o medicalismo em questão. Na literatura de José de Alencar, por exemplo, um dos fundadores do romance nacional, aparecerá uma obra menos conhecida que as demais, publicada como “Cartas a Favor da Escravidão”, na verdade um *espelho de príncipe*, dirigido a Pedro II, na qual consta a sua reação enérgica ao simples movimento de discussão da emancipação dos escravos. Alencar detestava a ideia de uma inserção da população negra no mesmo espaço social que o dele, chamada de “falsa moral” (ALENCAR, 2008, p. 60). Na virada do século XIX e no início do Século XX entramos no eugenismo de peito aberto, no qual o país e seus intelectuais vão discutir o que fazer para melhorar-se como nação e a ideologia do embranquecimento: tornar-se branco ou não-negro é uma das soluções defendidas em alto alarde por autores como Silvio Romero, Oliveira Lima e Nina Rodrigues (SKIDMORE, 2012). Oliveira Viana, em “Populações Meridionais do Brasil” (2005), é um dos expoentes de mais longo alcance no desdobrar do século, junto com Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala” (2001), cada um a seu modo, apontando que a solução nacional é um *caldeamento* e o esquecimento do problema das “raças atrasadas”

(FREYRE, 2001, p. 479) em nome da pátria bem ordenada por premissas raciais bastante sofisticadas de hegemonia branca.

Marquês de Lavradio e a obra hipocrática

O projeto vencedor, esse pentagrama, no que toca especificamente à população negra e à segregação racial no país, é uma obra de certeza hipocrática. O mercado de escravos foi um comércio de indivíduos hipocraticamente articulado ao imaginário social brasileiro. O seu cais preside a mentalidade político-racial, o poder executivo, o legislativo e o judiciário; preside os sentimentos dos senhores, a economia, a reflexão da igreja e a do homem comum (SOARES, 2007).

O segundo Marquês de Lavradio, já no século XVIII, então Vice-Rei, demonstrava que havia a necessidade de separar a entrada de escravos na cidade. O espetáculo *grotesco* de desembarque de indivíduos torturava a sensibilidade do administrador. A escravaria desembarcava no núcleo do poder, na principal porta de entrada da cidade do Rio de Janeiro, atual Praça XV, frequentemente fracos, escarificados, esqueléticos, doentes, exaustos, aviltados, nus e seminus, desnorteados, às vezes cegos, mutilados, amedrontados, acuados, indefesos, desesperados, famintos, violentados, rebaixados, torturados, inumanizados e estupefatos (KARASCH, 2000, p. 74; ANDRADE LIMA, 2016). Preservada a integridade dessa porta, sugeria então o administrador a Rua do Valongo como o melhor local para o desembarque definitivo, a estocagem, a engorda e a comercialização dos escravos (KARASCH, 2000, p. 73; ANDRADE LIMA, 2016, p. 302). Segundo ele, era necessário remover a encenação degradante dos olhos do centro político, econômico e administrativo da cidade colonial, da Rua Direita. Alterando o ângulo de entrada, alterava-se a paisagem, que passaria de ruim e abjeta, de doente, para uma imagem sadia. Com o fortalecimento do comércio de escravos no Valongo nasce a sua obra monumental, aproximadamente em 1811, um cais desenhado especialmente para receber o escravo num subúrbio remoto, o Cais do Valongo (ANDRADE LIMA, 2013). O cais, com a finalidade exclusiva de mostrar ao comércio, ao negro, à elite e a todos os brasileiros qual seria a distância e o sítio adequado para os escravos e os seus descendentes, funcionara até 1831. O comércio de escravos, no entanto, funcionou por mais tempo. O Cais do Valongo e o comércio de escravos perduraram como solução médica, fato administrativo e símbolo de segregação no

ideário político nacional. Tratou-se de uma revisão de uma porta de entrada com marcas fundas no imaginário da colônia e do Império com repercussões ainda duradouras.

O método de intervenção hipocrática, a sua reinvenção e a sua concretização em obra de arte arquitetônica estão decantados naquele equipamento (VIEIRA DA SILVA, 2008). Ele informa a chegada da racionalidade racial à gestão do espaço urbano atenta ao crivo médico (CARVALHO, 2008). Em primeiro lugar, ele redefine a proximidade do escravo e do liberto como deletéria e remediada pela distância. Em segundo, como o próprio ato sugere, não haveria semelhança possível entre o escravo e a elite branca, entre o negro e o não-negro, este último, o somatório de elites compostas não apenas de portugueses, mas também de ciganos e ingleses, para citar apenas as principais lideranças envolvidas no comércio. Faltaria equilíbrio no corpo da mercadoria humana. Em terceiro, o clima e a topografia da África seriam doentios, inferiores e desequilibrados, o que, por si, geraria indivíduos menores e decaídos. Em quarto, o escravo, os negros africanos e os negros livres brasileiros seriam indivíduos dotados de costumes bárbaros e incivilizados. Em quinto lugar, informa que a pretensa não conformidade física, gerada pela falta de homogeneidade de climas, de estações, de topografias simétricas, perpetuariam indivíduos inferiores. O espaço remoto, a dessemelhança, a imoralidade, a natureza desequilibrada, a falta de bons costumes e a dissimetria fisiológica, associadas às peças, fazem com que o Cais do Valongo e a suburbanização étnica preencham um significado político que excede a materialização da obra temporal. Este roteiro consagra a intolerância e amplifica o medo (AZEVEDO, 1987).

Apesar de sua duração curta, as suas pedras e rampas foram pisadas por mais de meio milhão de crianças e jovens com menos de vinte anos de idade (KARASCH, 2000). O Cais do Valongo presidia outras obras físicas e ideológicas articuladas a si: os lazaretos, locais onde as *peças* cumpriam quarentena para que não inoculassem doenças na cidade, engordassem, curassem ou morressem; os pelourinhos do Campo de Santana e da atual Praça Tiradentes; os presídios ou cavernas do Aljube e Calabouço, localizados nos Morros da Conceição e do Castelo (HOLLOWAY, 2017); quilombos do entorno da cidade, como os de Santa Teresa; o Cemitério de Pretos Novos (Gamboa), que enterrava, em massa e em covas rasas, as peças que chegavam mortas da travessia. O cemitério constitui uma das fontes documentais de ingresso no ideário em torno do Cais, de maneira que a partir dele conhecem-se queixas recorrentes sobre os seus cheiros, de carnes putrefatas, que *contaminavam os ares* com doenças, miasmas, de acordo com o

repertório hipocrático (PEREIRA, 2007). A obra contínua da arquitetura racial, além de esconder o endereço do primeiro espetáculo, procurou eliminar o Cais do Valongo celebrando a chegada, em 1843, de Teresa Cristina de Bourbon, então esposa do imperador. O cais foi encoberto e foi celebrizado como o Cais da Imperatriz (LAMARÃO, 1991).

Traços do pensamento medicalizado no Valongo

A racialização material e imaterial do espaço urbano, a divisão étnica, não se limitou ao encobrimento e ao sumiço daquela mobília mórbida, já que não há traços claros, por exemplo, das lojas de carnes humanas, dos presídios, dos pelourinhos, dos quilombos, tendo em vista que a *epodé-mito* se constitui de um expediente adaptativo e renovável. Por outro lado, os traços podem ser sugeridos do repertório ideológico empregado no comércio, que não o singulariza em absoluto, mas que converge para a leitura hipocrática do mundo instalada naquele sítio, época e memória. Em outras palavras, o repertório arremetido contra o negro tem fonte bastante variada, no entanto, deslocando o eixo físico do desembarque, engorda e comércio, o novo endereço não apenas recebe indivíduos e práticas como também vocaliza racionalmente todos os elementos hipocráticos listados. Não é possível afirmar que o cais inaugura uma narrativa médica, que é por si só bastante variada e bastante difundida, contra a população negra, mas pode-se apontar que a partir de sua inauguração instala-se a perfeita adequação entre o doutrinamento hipocrático e a boa administração racionalizada do espaço público.

O *subúrbio distante* se adequa ao critério de contiguidade, ou seja, uma vez longe do centro de poder político do Estado em formação, a cidade está a caminho da salubridade. A dissemelhança entre senhores e negros, contida nas narrativas, cumpre o segundo critério, conforme fartamente documentado pelos jornais à época. A descrição da nação de origem também serve e amolda-se ao repertório hipocrático. O costume e o grau de educação, na verdade o grau de adequação, do escravo ao padrão nacional, dizem ao proprietário, ao cidadão, ao comprador, ao Estado, devidamente monetizado, a adaptabilidade e a docilidade da mercadoria humana. Finalmente, o deslocamento da porta de ingresso do escravo muda o influxo de *ares doentios* para um sítio remoto, muda-se o *entorno* de chegada. Nos registros dos jornais sobre o Valongo há fragmentos

indiretos, mais ou menos completos, mas que se locupletam e figuram um mosaico da racialização hipocrática.

No dia 8 de março desapareceu hum molque de **Nação Angola, ladino**, meio fulla, **rosto comprido, com sinaes de bixigas**, e com **huma ferida** procedida de hum **unheiro no dedo grande** do pé esquerdo, camisa de algodão e calças do mesmo; quem dele souber procure a seu Senhor na **rua de Valongo** N. 16, que dará alviçaras (Diário do Rio de Janeiro, 1830, p. 4, *grifos nossos*).

A designação de nação, a falta de semelhança, a natureza, o costume e a marca da doença sumarizam o indivíduo. A narrativa praticada no mercado nacional do Valongo pode refletir todas as demais praticadas em qualquer grande centro do país, no entanto, sugere-se que por algumas décadas ele tenha sido um epicentro de difusão de práticas e de larga significação na propagação da racialização das relações no país.

A rotina naquele sítio e mercado produtor de ética racial pode ser demonstrada por um comportamento supostamente de bom costume de um vendedor de escravos, conforme a seguinte passagem:

O capitão Mór Antonio Marques Correia de Aguiar, morador na rua da Quitanda, á esquina da detraz do Hospicio, anuncia que em seu poder se achão dois escravos Moçambiques, hum novo, outro ladino, os quaes lhe apparecerao em caza **depois de os haver vendido em Valongo, sem que se lembre a quem**; portanto seus verdadeiros senhores procurem o dito Capitão Mór para lhes serem entregues (Diário do Rio de Janeiro, 1821, p. 3-4, *grifos nossos*).

O mercado no entorno do Cais do Valongo traz então à luz do dia um código de convivência aparentemente saudável, de verniz hipocrático, a uma cidade que quer largar a doença, e a devolução sem pedido de alviçaras é uma ética singular de convivência no nosso humanismo racializado. O bom capitão deseja devolver a mercadoria a quem lhe pertença de direito. Ao mesmo tempo, o que pula e chama a atenção aos olhos no fato, além da *correta* gramática racial da época descrever a designação de nação, de idades, de educação, de costume e o subúrbio distante, é que mesmo sendo uma mercadoria cara, o capitão sequer se lembra para quem a vendeu, a julgarmos pela sinceridade absoluta na *nota de boa-fé* reproduzida no jornal.

O lugar do negro na saúde pública do Valongo

Nota-se ao longo das narrativas de aluguel, como no caso de amas de leite, compra, venda e permuta no Valongo, registradas nos jornais, uma preocupação frequente com a saúde e com a doença. Escravos sadios, além de livres de doenças propriamente ditas, aparecem como aqueles perfeitamente docilizados aos olhos do

senhor, portanto, o que define a saúde pública, no entorno do cais, e de suas narrativas, além da utilidade econômica da vida do escravo, é a saúde iconizada como elemento de submissão completa ao sistema escravocrata. Nos anúncios de venda, o escravo é um vetor de saúde, nos anúncios de recaptura, os escravos aparecem com os traços do vetor de doença pública que, se combatida, receberia as devidas alviças de qualquer proprietário, reforçando a noção de ética no mercado de escravos. Entre um e outro extremo está o delírio da mercadoria saudável.

No momento da *venda* de mercadoria humana, a julgarmos pela fidelidade dos anúncios nos jornais, qualidades físicas e sociais são marcadas com clareza. Nesse escravo não há vício moral, não há falta de habilidades com os senhores, não há ausência de ofício, pelo contrário, seu ofício e suas vicissitudes são salientados. O anúncio provoca a imaginação do potencial comprador com elementos atrativos de inteligência, perícia e sabedoria, com qualidades médicas especiais para o convívio intrafamiliar e para a promoção da saúde. Anúncios de venda:

Gaudêncio José Maria, **vende huma preta de nação Benguela** de 18 a 19 annos, **sem vicio algum** que **engoma muito bem lizo, própria** para mocamba, quem a quizer comprar dirija-se á rua do **Valongo** aopé de huma loja de fazendas secas (Gazeta do Rio de Janeiro, 1818, p. 4, *grifos nossos*).

Quem quizer comprar hum preto de Nação, que **sabe muito bem** cozinhar; e **sem vícios**, e porisso **se dá a contento** a qualquer pessoa capaz. Também se vende hum preto **Barbeiro**, que **sabe sangrar**, e **fazer bem** a barba, e também **se dá a contento**. Vende-se também hum preto que tem officio de **Ourives** da prata, e bom principio de Latoeiro; dirija-se a rua do **Vallongo** N. 46 (Diário do Rio de Janeiro, 1824, p. 2, *grifos nossos*).

No momento da *compra* de mercadoria humana fica mais claro o imaginário medicalizado e o sonho hipocrático de saúde. Neste segundo instante é possível ver com clareza a repulsa à doença, aos maus costumes, aos vícios e ver as referências claras de portos de nação. Ausência de doenças e de maus costumes são predicados saudáveis, em outras palavras, a docilidade da peça ao sistema é um elemento importante ao comprador. Outros anúncios de compra:

Joaquim José Pereira do Amaral, morador em **Valongo**, defronte de N.º 19, anuncia a quem tiver **escravos ladinos** para vender, **que não tenham moléstias**, que se podem dirijir a seu armazém, **que os compra** fazendo conta nos preços (Diário do Rio de Janeiro, 1831, p. 5, *grifos nossos*).

Deseja-se comprar huma ama de leite de **bons costumes** e de pouco tempo de parida sem cria, e que seja **preta de Nação**. Na rua do **Valongo**, n.º 16 (Diário do Rio de Janeiro, 1821, p. 7, *grifos nossos*).

Finalmente, os elementos de *recaptura* da mercadoria humana recolocam o sonho nos trilhos da doença. A verve da leitura da ação doentia aparece com limpidez cristalina e o proprietário junta as cinco pontas hipocráticas para qualificar a peça e o ato infame. Para esses casos, as alviçaras são ainda um traço comum e marcante. Aparece ainda todo o inventário das más impressões no corpo doente, aparecem os sinais de distinção amórficos, aparecem as deformidades, as dissemelhanças com os senhores, somem as competências profissionais, somem as vicissitudes, em última análise, some a docilidade e entra em cena o arrepio de senhor, o elemento em fuga, o doente desaparecido que deve ser reconduzido à cura. Anúncios de fuga e de recaptura:

Fugirão dois escravos, há seis mezes, a saber: hum chamado João, Nação Moçambique, idade 16 a 18 annos, **estatura baixa, cheio da cara, não tem sinaes da Nação no rosto, tem os dentes limados, os dedos grandes dos pés mais curtos** (...); quem deles souber os noticiar, na venda chamada a venda da cruz no canto da rua da Gamboa na praia de **Valongo** N.º 81 receberá de cada hum vinte mil réis, só pela noticia sendo certa, e trazendo-os trinta mil réis por cada hum (...) (Diário do Rio de Janeiro, 1821, p. 8, *grifos nossos*).

Fugio hum escravo, por nome José de Nação Congo, idade pouco mais ou menos de 26 annos; tem **estatura ordinária, grosso, mal feito de pés, sem dentes e com algumas verrugas na cara**, o seu trajo he hum chapeo velho de palha, jaqueta azul, camisa de algodão, e calças compridas do mesmo; quem dele souber o apanhar o poderá levar a seu dono, na **rua de Valongo** N.º 27 lado direito, que receberá boas alviçaras (Diário do Rio de Janeiro, 1821, p. 7, *grifos nossos*).

No dia 8 de março dezapareceo hum moleque de **Nação Angola**, ladino, meio fulla, **rosto comprido, com sinaes de bixigas**, e com huma ferida procedida de hum **unheiro no dedo grande** do pé esquerdo, camisa de algodão e calças do mesmo; quem dele souber procure a seu Senhor na rua de **Valongo** N. 16, que dará alviçaras (Diário do Rio de Janeiro, 1822, p. 4, *grifos nossos*).

O mercado e o cais passam a ser o epicentro da doença, da cura e do sonho de um processo de racionalidade racial com a contribuição hipocrática. De elemento operado pela administração da cidade e de elemento do Estado para promover a saúde da elite, o cais e o seu mercado passam a ser ainda um tipo de vórtice do processo nacional de racionalidade racial medicalizada. Os traços anatômicos negativos trazidos pelos negociantes são destacados no episódio da fuga, por outro lado, os traços de saúde moral são pintados no momento da venda e da compra. Como pode ser inferida, a sujeição corporal e intelectual do escravo e do ex-escravo ao mapa intelectual do senhor são preenchidas e amparadas pelo pentagrama hipocrático.

Considerações finais

O Cais do Valongo monumentaliza a experiência hipocrática na cidade e no imaginário social com repercussões fundas na política étnica brasileira. A cobertura tímida de pesquisa sobre o começo do século, no que se refere ao Valongo e ao hipocratismo na administração pública e na vida social do país, auxiliou o corpo de justificativa deste trabalho. O Cais é uma obra física e intelectual da arquitetura étnica brasileira e, segundo sugere-se, trata-se de um equipamento didático, para o passado, o presente e para o futuro da organização social brasileira, com potencial atual de agregar ativos sociais, até então subtraídos da cidadania brasileira e do interesse mundial, acerca dos direitos fundamentais da pessoa.

Seja como for, os bons ares e os maus ares hipocráticos laicizam as relações sociais e, para ser mais preciso, eles normalizam a vida num paradigma médico racial. Com a *epodé-mito* sugerimos então que um preconceito já praticado contra o negro e o mercado de escravos encaixa-se aprimorado com o arcabouço hipocrático, no pentagrama que listamos nesse trabalho. O hipocratismo é um reforço e uma crença acrescidos a um preconceito.

O esforço diligente de Lavradio, o seu preconceito e sua lógica gerencial, se junta a um momento de introdução de razões de saúde hipocrática na conclusão da instalação do Estado brasileiro e, assim, conclui-se a *epodé-mito*. Como vimos, ainda que pareça ocioso anotar, havia outro paradigma intelectual de coexistência, o paradigma montaigniano, entre as nações que fundavam a civilização brasileira e que fora apontado por Machado.

Conforme pesquisa aos jornais do período, registra a vocalização de um projeto prévio somando-se a um projeto aprimorado de disciplina racial. Se o cais não inaugura a narrativa médico racial, ele serve-se de uma prática e, pelo seu volume de desembarques, comércio e estocagem, figura como vórtice de narrativas por algumas décadas e, excedendo-nos, pode perdurar sorrateiramente até os dias e horas mais ignorados atuais. Ainda praticamos pensar e agir atavicamente um ignóbil *espaço do negro*.

A partir do registro estudado, podemos afirmar que o espaço do negro na saúde pública está devidamente articulado ao mecanismo de mercado e relacionado às estratégias comerciais mais liberais. O negro livre e o escravo são saudáveis nos momentos de venda e compra e as estratégias de sedução desenvolvidas pelo vendedor e

o delírio do comprador formam uma paisagem de avanço racional medicalizado e racializado. Por outro lado, a doença do negro livre e do escravo é devidamente anotada quando este procura o abrigo do elemento liberal mais primitivo, a sua liberdade, de maneira que nesses momentos o senhor anuncia a doença da escravidão como a saúde do Estado, num trocadilho confuso tal como o de Simão Bacamarte e a sua Casa Verde.

Com ou sem o apoio da memória apresentada, a discussão atual do que é o país e o que são os seus problemas ainda passam pela questão racial e pelo mito do espaço do negro. Nossa relação social ordinária, nosso agir moral, continua a ser entrecortada pelas teorias raciais e por práticas pigmentocráticas. Essa discussão ocorre pela via acadêmica e fora dela, em trabalho recente, Campos se pergunta se nos motivos do racismo temos um ato intempestivo, um sistema ou um ato pensado para sermos racistas (CAMPOS, 2017). Por outro lado, ainda imaginamos o melhor modo de evitar o “espaço do negro”, novas formas de evitar a lendária ideologia do embranquecimento, fundada apenas parcimoniosamente no centro desse artigo, e esse esforço é bastante desenvolvido pela ciência social contemporânea (RIBEIRO, 2017). Portanto, a prática e o pensamento nacional ainda não se emanciparam do lastro racial de fundação do país, seja em cidades grandes ou naquelas em expansão.

VALONGO WHARF: EPODÉ-MITH AND THE PLACE OF THE BLACK IN HIPPOCRATIC THERAPY OF RIO DE JANEIRO (BRAZIL, 1811-1831)

Abstract: This article organize the Hippocratic health philosophy that concern of public organization of the city of Rio de Janeiro in the beginning of XIX century. The Hippocratism built a way of make public policy that also came up with the creation of Valongo Wharf. Based on ethnological ideas, this article describes the site as an ethnic architecture that came across the century and fix at Brazilian mind the idea of black public place. This is, at the same time, a front door of slavery system that has changed by the public administration, but by the same time, it raise a foundational myth of black site into the race Brazilian organization, supported by Hippocrates. The wharf learning exceeds the historical question by itself and gain relevance to scholars whose are connected into fundamental rights and into a way to offer it in a democratic city.

Keywords: Hippocratism. Epode-myth. Valongo Wharf. Race.

Referências

ALENCAR, José. **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Edra, 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDRADE LIMA, Tania. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, II (3), nov. 1995-Fev. 1996.

_____. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Século XIX. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Volume 7, Número 1, janeiro-junho de 2013.

_____. Em busca do Cais do Valongo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 24. n. 1. p. 299-391. Jan.-abr. 2016.

AZEVEDO, Celai Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAHAMI, Frédéric. **Le travail Du scepticisme**: Montaigne, Bayle, Hume. Paris: Press Universitaire de France, 2001.

BRASIL, Padre Etienne Ignace. **Os malês**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXII, parte 2, 1909.

CAIRUS, Henrique F. **Textos hipocráticos**: o doente, o médico e a doença. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS** Vol. 32 nº 95/2017: e329507.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 2ª edição.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma ideia ilustrada de cidade**: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de d. João VI: (1808-1821). Cidade: Odisseia Editorial, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

FRIAS, Ivan Miranda. **Platão, leitor de Hipócrates**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. N. 22. Seção de Livros a' Venda. Quinta-feira, 26 de agosto de 1830. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/11564

_____. Seção de Escravos Fugidos. Sabbado, 16 de março de 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1565

_____. Seção de Achados. N. 168. Domingo, 17 de junho, 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/112

_____. Seção de Vendas. N. 25. Segunda-feira, 31 de maio de 1824. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/4163

_____. Seção de Compras. N. 13. Segunda-feira, 16 de julho de 1831. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/297

_____. N. 20. Sexta-feira, 24 de agosto de 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/553

_____. N. 5. Seção de Escravos Fugidos. Segunda-feira, 6 de agosto de 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/436

_____. N. 3. Seção de Escravos Fugidos. Segunda-feira, 5 de novembro de 1821. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1042

_____. N. 14. Escravos Fugidos. Sabbado, 16 de março de 1822. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/1565

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Imprensa régia. Avisos. Quarta-feira, 1 de julho de 1818, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/5041>

HIPÓCRATES. Conhecer, cuidar, amar – o juramento e outros textos. São Paulo: Landy Editora, 2002. Trad. Dunia Mariano Silva.

_____. **Tratado sobre os ares, as águas e os lugares.** Trad. de Lucas Alexandre Boiteaux. Rio de Janeiro: Biblioteca Positiva [?], 193[?]

HOLOWAY, Thomas. O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro. *In. História das prisões no Brasil.* Vol. I. org. Clarissa Nunes Mais [et. al]. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850).** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos Trapiches ao Porto:** um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira:** políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MURICY, Katia. **A razão cética:** Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da. **À flor da terra:** o cemitério dos pretos novos. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

POPKIN, Richard H.; MAIA NETO, José R. **Skepticism:** an anthology. New York: Prometheus Books, 2007.

_____. **História do ceticismo:** de Erasmo a Spinoza. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

RIBEIRO, Lourival. **O Barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro.** Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1992.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Contínuo racial, mobilidade social e 'embranquecimento'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – RBCS Vol. 32 nº 95/2017: e329503.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEXTUS EMPIRICUS. **Outlines of Scepticism**. Translated by Julia Annas and Jonathan Barnes. Cambridge University Press, 1994.

_____. **Outlines of Pyrrhonism**. Translated by R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press, 1933. Loeb Classical Library.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Luiz Carlos. **O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj-7Letras, 2007.

VIEIRA DA SILVA, Manoel; GUIMARÃES PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos. **A saúde pública no Rio de Janeiro de Dom João**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2008.

SOBRE O AUTOR

Dalton Rodrigues Franco é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF); docente na Universidade Estácio de Sá (UNESA).

Recebido em 19/03/2018

Aceito em 10/07/2018